

V Congresso Ibérico de Gestão e Planeamento da Água

Bacias partilhadas: bases para a gestão sustentável da água e do território

Isabel Paiva

Centro de Estudos Geográficos Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. isabelrp@ci.uc.pt

No seguimento dos Congressos anteriormente realizados em Saragoça (1998), Porto (2000), Sevilha (2002) e Tortosa (2004), realizou-se em Faro, de 4 a 8 de Dezembro de 2006, o V Congresso Ibérico sobre Gestão e Planeamento da Água. Numa organização conjunta da Fundação Nova Cultura da Água e da Universidade do Algarve, este Congresso teve como tema agregador as *Bases para a Gestão Sustentável da Água e do Território em bacias hidrográficas partilhadas*.

Este encontro, pertinente na sua aproximação espacial e temporal da gestão do recurso Água, teve na pluridisciplinaridade uma das suas mais valias. No conjunto dos organizadores, congressistas e participantes (mais de 400 inscritos), estavam presentes formações académicas tão diversas como a Engenharia, a Geografia, a Geologia, a Economia, a Gestão, o Direito, a Medicina, a Sociologia e a Ciência Política.

Outro dos méritos deste Congresso foi a abertura do debate à sociedade civil enquanto agente crucial no processo de gestão da água da Península Ibérica. Tendo começado por situar o debate no quadro académico (mais de 70 Universidades portuguesas e espanholas envolvidas), estes congressos têm vindo a alargar esse mesmo debate aos principais agentes sociais.

Num traço comum relativamente aos anteriores Congressos Ibéricos, um dos objectivos primordiais deste encontro residiu na divulgação dos princípios básicos da Directiva-Quadro da Água. Contudo, o âmbito deste Congresso foi muito mais abrangente, promovendo a discussão dos novos rumos da gestão da água na Península Ibérica centrados numa nova cultura da água virada para a conservação dos meios hídricos (linhas de água, estuários, zonas húmidas e litoral) e para a participação dos cidadãos nas decisões sobre a gestão da água entendida como um património social.

O debate, que incidiu na análise dos múltiplos aspectos da gestão da água e respectivas implicações na gestão do território, foi estruturado em cinco áreas temáticas.

A primeira, intitulada *Paisagens de Água e Conservação dos Sistemas Hídricos*, centrou a análise nos

aspectos e valores ecológicos das paisagens da água (dinâmicas ambientais, poluição e recuperação ambiental, análise ecológico-paisagística) e em modelos hidrológicos que possibilitem ou auxiliem no diagnóstico, análise e solução dos problemas destes ambientes particularmente sensíveis. Neste último subtema abordaram-se questões tão importantes como a qualidade das águas e a gestão ambiental em meios húmidos e métodos de determinação de caudais ecológicos.

Durante os trabalhos desta linha temática constatou-se o avanço no conhecimento do estado ecológico dos rios ibéricos, o que se pode qualificar como uma revolução ao nível da informação disponível para o diagnóstico e a conservação destes rios. Contudo, esta informação ainda é excessivamente técnica e não está disponível de forma clara para os agentes sociais, o que pode constituir um obstáculo para os processos de participação dos cidadãos indispensáveis à elaboração dos planos de bacia. A falta, igualmente diagnosticada, de trabalhos sobre o sistema costeiro, estuários e zonas húmidas poderá também ser um problema na elaboração de bons programas de medidas para a recuperação e preservação da qualidade das paisagens de água e dos ecossistemas associados.

A área temática 2, denominada *Aspectos Institucionais da Gestão da Água* focou o debate em temas como a economia da água, o papel das instituições e os aspectos jurídicos e legais ligados à gestão da água. A gestão de bacias e o ordenamento do território foram também assuntos amplamente debatidos pela sua importância no actual paradigma de desenvolvimento sustentável, particularmente em áreas de deficit hídrico.

Dos trabalhos apresentados e da sessão plenária transpareceu claramente a necessidade de uma profunda reforma das políticas tarifárias, tanto no meio urbano, como no industrial e agrícola, grandes consumidores de água. Reforçou-se a necessidade de assumir de forma progressiva, mas firme, o princípio da recuperação de custos, concebendo e aplicando medidas que permitam melhorar os índices de sustentabilidade, de eficiência e de responsabilidade dos cidadãos na utilização e gestão da água.

A participação dos cidadãos e comunicação social sobre a água constituíram a terceira linha temática, onde se debateram aspectos ligados à educação formal e informal sobre a água com destaque para a Educação Ambiental e para os valores sociais e culturais relacionados com a água. A importância dos *media* como veículo privilegiado na circulação de informação foi outro dos assuntos abordados, completando-se a discussão com a apresentação de experiências locais de participação cívica em questões relacionadas com a água.

A quarta área temática, *Água e Saúde Pública*, incidiu sobre temas como a contaminação das águas, o abastecimento e o saneamento e consequentes implicações na saúde pública. Muito focalizado nas questões da saúde, este tema centrou-se no debate da contaminação da água por elementos químicos, na qualidade das águas, no abastecimento público e nas doenças associadas a águas contaminadas. A sessão plenária dedicada a este tema veio sublinhar a questão dos resíduos farmacológicos em águas doces destinadas ao consumo humano como um grave problema de saúde pública emergente nas sociedades desenvolvidas.

Inovação e tecnologia compuseram a quinta área temática, marcada por uma enorme diversidade científica das comunicações apresentadas e pelo carácter predominantemente académico dos estudos. A modelação hidrológica, as alterações climáticas e recursos hídricos, as cheias e inundações (previsão e consequências), os sistemas de informação geográfica (SIG) como ferramenta crucial nos estudos hidrológicos, os recursos hídricos superficiais e a erosão dos solos e as técnicas de recuperação ambiental e reutilização da água foram alguns dos assuntos debatidos nas sessões subordinadas a este tema.

O primeiro dia foi destinado a sessões de debate alargado, de onde se destacam a Sessão Internacional sobre a Implementação da Directiva-Quadro da Água em vários países da União Europeia e a Sessão Plenária Inicial dedicada à gestão das grandes bacias ibéricas e ao estado do acordo sobre bacias luso-espanholas.

Este último painel pautou-se por um significativo debate e intervenção dos participantes, uma vez que o tema era particularmente sensível à grande maioria dos inscritos no Congresso (portugueses e espanhóis). Os oradores convidados procuraram fazer o ponto de situação sobre as políticas e acções de gestão das bacias luso-espanholas, com particular incidência para a Convenção de Albufeira (acordo ibérico celebrado em 1998) e para a Directiva MARCO (2000/60/CE de 23 de Outubro), que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água, com incidência na gestão de bacias partilhadas.

Neste Congresso, destaque também para as Mesas Redondas dedicadas ao debate da gestão das bacias dos principais rios luso-espanhóis - Douro, Tejo e Guadiana, com a participação de agentes sociais influentes na gestão de diferentes sectores da bacia (cabeceiras, parte intermédia e parte vestibular, incluindo, nesta última, foz, estuário e unidade fisiográfica costeira adjacente).

No debate sobre a bacia do rio Guadiana, muito participada pela proximidade geográfica e pelo seu carácter emblemático nas relações luso-espanholas, de destacar a presença de convidados ligados a sectores tão diversos como a economia (Empresa de desenvolvimento e infra-estruturas do Alqueva), a agricultura (Associação dos agricultores do Baixo Alentejo) e a cultura (Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Guadiana). As principais conclusões passaram pelo diagnóstico do estado da bacia do Guadiana como em estado de degradação acentuada, com uma destruição muito relevante da paisagem e da biodiversidade provocadas pela descarga não controlada de poluentes e pela construção de barragens. Numa bacia com uma dinâmica de empobrecimento dos seus territórios, a sobreexploração hídrica para regadio e os projectos imobiliários e turísticos poderão constituir, no futuro, factores de desestabilização do ecossistema e de insustentabilidade face à anunciada redução dos caudais que se prevê no cenário das alterações climáticas.

No que respeita às bacias do Douro e do Tejo, a discussão, levada a cabo por um conjunto de oradores das mais diversas áreas científicas e da sociedade civil, centrou-se principalmente em aspectos ligados à cooperação luso-espanhola no domínio da política de gestão transfronteiriça das bacias hidrográficas e na solicitação crescente (e preocupante) de água para regadio. De um modo geral, entendeu-se que a cooperação técnico-científico-institucional tem sido profícua sobretudo na gestão de situações hidrológicas extremas e no estabelecimento de valores de caudais ecológicos, cruciais no assegurar da qualidade da água desses rios em Portugal.

Este Congresso deu também grande ênfase às águas subterrâneas, não só pela sua importância fulcral no abastecimento público, mas também pela elevada susceptibilidade dos sistemas aquíferos à poluição. No contexto de tais preocupações e da localização deste encontro numa das áreas do país com sistemas aquíferos mais fortemente ameaçados e sobrecarregados (litoral algarvio), uma das viagens temáticas mais importantes e participadas foi o percurso pelas cabeceiras do sistema aquífero Querença-Silves, visitando algumas das suas nascentes e compreendendo a forma como este sistema vem sendo explorado e as ameaças que se lhe colocam.

A tónica principal residiu no risco de degradação associado à excessiva exploração para rega e abastecimento público e à deterioração da qualidade das águas devido à utilização excessiva de fertilizantes e pesticidas na actividade agrícola. Nesse sentido, foi reiterada a necessidade de protecção das áreas de recarga do aquífero, de monitorização da cota piezométrica e da utilização de metodologias que permitam prever a evolução das variáveis de estado do aquífero afectadas por alterações climáticas e a exploração do aquífero, para que se possam planear, de forma responsável, os diferentes regimes e cenários de exploração.

Em traços gerais, este Congresso possibilitou, através das inúmeras comunicações e posters apresentados, das sessões plenárias das cinco áreas temáticas, das mesas redondas e das viagens de estudo, uma reflexão académica e cívica, ampla e esclarecida, sobre variados aspectos da gestão da água e da sua relação com a gestão e ordenamento do território. Ao rigor científico e independência das discussões académicas, este encontro juntou-lhe um conjunto de valores emocionais, patrimoniais e culturais associados à água e ao território, numa Nova Cultura da Água.